



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#26 JUNHO/2013

Para que serviram os congressos da UNE e Anel

Diante da ofensiva repressiva ao movimento estudantil, com centenas de processados, confronto físico com balas de borracha e gás lacrimogêneo, os congressos estudantis da UNE e da ANEL mostram sua falência política. Não foram capazes de aprovar um programa para o movimento estudantil nacional ao redor de bandeiras que dessem unidade ao movimento, que defendessem acesso universal, educação vinculada à produção social, trabalho a toda a juventude, gratuidade na passagem. Defender os perseguidos e processados políticos é parte dessas reivindicações. É defender as bandeiras e os métodos de luta que levam à vitória do movimento.

Os Congressos não travaram uma luta pelo fim da educação privada. Abaixaram a cabeça diante do aumento da desnacionalização, por meio de grandes corporações financeiras de capital estrangeiro que controlam o ensino superior. A omissão em combater a educação privada e seu avanço implica no abandono em travar uma luta concreta em defesa do cumprimento de uma das tarefas democráticas que é educação pública e gratuita a todos.

O da UNE, governista e burocratizada, se mostrou um congresso sem oposição política. Situação PCdoB/PT e oposição PSOL/PCR não divergiam em essência da política para o movimento estudantil nacional, que deveria girar ao redor do financiamento da educação. Reivindicação esta que preserva a educação privada e a exclusão da maioria. Um congresso de posições pré-definidas, serviu para referendar a política do governo, propondo-lhe retoques.

Balanco do 53º CONUNE

O 53º Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado entre os dias 29 de maio a 02 de junho, onde compareceram delegados credenciados de 98% das instituições de ensino superior do Brasil, negou a luta por educação a todos defendendo o governo burguês de Dilma Rousseff/PT, que aplica a política privatista para a educação. A discussão central ao longo de todo o Congresso foi a do financiamento da educação, orbitando entre os percentuais do PIB, do Fundo Social e dos Royalties do Pré-Sal.

Um congresso massivo em que as direções governistas arrastaram os estudantes a empunharem uma bandeira de retoques na política do governo, o que leva à preservação da educação privada e a exclusão da maioria. Eis porque o Congresso foi dirigido a fazer pressão sobre os parlamentares, que decidirão sobre o Plano Nacional de Educação.

Não foi um congresso para aprovar um programa de luta que unifique a juventude ao redor da defesa da educação à todos, que passa necessariamente pela unidade com a classe operária e demais oprimidos. Esta tarefa, mais uma vez, foi rejeitada pelos grupos da direção majoritária PCdoB/PT e pela oposição de esquerda PSol/PCR, que, em essência, pouco se diferencia da política aparelhista e privatista da UNE. Um congresso que abandonou centenas de estudantes, de diferentes universidades que estão sendo processados politicamente. Reprimidos por defenderem a educação pública com os métodos operários: ocupação, piquete, fechamento de avenidas, greve, etc. Não houve a organização do movimento estudantil nacional para enfrentar a criminalização dos movimentos sociais, defender a demo-

A Anel, de um lado, aprova uma pauta extensa que desvia o movimento estudantil para as reivindicações pequeno burguesas, buscando se apoiar numa unidade por cima dos grupos minoritários que não expressam as reivindicações de conjunto da juventude. Houve três forças presentes: PSTU (hegemonicamente), LER-QI e POR. Muito embora organizativamente estivessem separados, os centristas se embocaram politicamente contra a defesa estratégica de expropriação da burguesia, que se expressou em algumas votações no plenário como na educação, na questão agrária, e nos transportes. O POR foi o partido que compareceu com uma política distinta e a defendeu em plenário por meio de suas propostas de resolução.

UNE e ANEL, entidades cujas direções se mostraram incapazes de construir um movimento que atende às necessidades da juventude. A tarefa do movimento estudantil nacional é constituir uma fração revolucionária que combata essas direções e suas políticas de destruição da educação pública e de fortalecimento dos capitalistas de ensino.

É preciso desenvolver as bandeiras de defesa do ensino público e gratuito, por meio da expropriação da rede privada de ensino e controle coletivo por quem estuda e trabalha, levantar as bandeiras de defesa da juventude – contra a repressão, pelo emprego e estudo a todos, opor à destruição do ensino a educação pública e gratuita para todos, laica, científica, única e vinculada à produção social, responder a crise capitalista com as bandeiras e métodos da luta de classes, e a unidade dos estudantes com o proletariado na luta pelo socialismo.

cracia estudantil e os métodos de luta.

As bandeiras da juventude pelo direito à educação, ao trabalho e ao passe-livre estiveram ausentes no Congresso, que mostrou um elevado grau de burocratização e colaboração com o governo.

Financiamento: uma discussão limitada que preserva a exclusão

A centralidade do Congresso foi o financiamento da educação. A reivindicação majoritária da UNE e dos parlamentares presentes nos debates é de 10% do PIB, 100% dos Royalties e 50% do Fundo Social do Pré-Sal. São propostas de emendas no Plano Nacional da Educação (PNE). O financiamento é considerado um ponto estratégico para o desenvolvimento do país. Aumentar os recursos na educação a fim de superar o analfabetismo, atender as necessidades da indústria de base, superar o atraso econômico e as travas impostas pelo capital estrangeiro. Reivindica-se a autonomia nacional na exploração do petróleo e nos demais recursos energéticos. “Brasil, Potência Mundial. Somos capazes de produzir tudo que queremos”, são palavras do senador do Amapá Randolfe Rodrigues/PSol. Como se vê, trata-se da tese do nacionalismo burguês.

Mas a economia brasileira não está dissociada à economia mundial. O Brasil é um país semicolonial, de economia capitalista atrasada e controlada pelo imperialismo. A burguesia nacional não é capaz de cumprir com as tarefas democráticas (educação a todos, reforma agrária, unidade federativa, etc) e transformar a economia brasileira de essencialmente produtora de matéria-prima para industrializada.

A burguesia nacional se dobra ao imperialismo que impõe o atraso. A recente fusão da Kroton com o grupo Anhanguera, ambas controladas por corporações financeiras de capital estrangeiro, constituindo a maior empresa privada do mundo no setor de educação, prova a incapacidade da burguesia nacional de fazer frente à burguesia internacional e atender umas das necessidades mais elementares, a educação. As posições nacionalistas do estalinismo (PCdoB) e do reformismo petista está em contradição com essa realidade. Mas o Congresso burocrático não foi capaz de discutir os fundamentos programáticos.

A essência da exclusão da imensa maioria da juventude do ensino superior se encontra na exploração do trabalho e na existência da educação privada. Um congresso que se destina a discutir única e exclusivamente o financiamento, sem se opor à propriedade privada, não é capaz de defender concretamente a educação a todos. A própria proposta da direção da UNE evidencia que esse percentual é inócuo para a conquista da educação como direito. Propõe-se que se duplique as vagas, que se eleve o número de matrículas para 50% da juventude e aumento de 33% dos formandos. Trata-se de uma confissão de que a direção da União Nacional dos Estudantes não travará uma luta pelo direito universal da educação.

A expropriação de toda a rede privada de ensino é a bandeira que um verdadeiro Congresso Nacional dos Estudantes deveria erguer, de forma a unificar toda a juventude na conquista dessa reivindicação histórica.

Política pró-governo burguês – Ole!Ole! Ole! Olá! Dilma! Dilma!

A UNE é uma entidade estatizada. Os ciclos de debates contaram com a presença de deputados, senadores e outros integrantes da máquina estatal. O 3º Encontro Nacional dos Cotistas e Prounistas teve à mesa a presença do ministro da Educação Aloísio Mercadante. A direção da UNE construiu um congresso para sustentar e reforçar a política privatista do governo de Dilma Rousseff, colocando inclusive o próprio governo para falar aos estudantes, cujo conteúdo foi de defesa do Prouni, do Reuni, do Fies, ou seja, da política que há 10 anos vem beneficiando os capitalistas de ensino à custa da destruição do ensino público.

A greve nacional das federais em 2012 não foi discutida em nenhum momento no congresso.

A União Nacional dos Estudantes burocratizada e estatizada é uma extensão do Ministério da Educação, auxiliar da regulamentação da educação no Brasil, segundo as imposições imperialistas. É incapaz de ter uma política independente, que se contraponha aos empresários da educação, que controla o ensino superior, com 75% de todas as matrículas.

A mínima oposição que a direção da UNE esboça se limita a propor remendos ao Plano Nacional da Educação, para serem submetidos ao parlamento. Trata-se de uma farsa oposicionista.

Balanco do 2º congresso da ANEL

O 2º Congresso da ANEL ocorreu entre os dias 30 de maio a 02 de junho, em Juiz de Fora (MG). Contou com cerca de 1800 participantes, sendo 1200 delegados. Consolidou-se o quadro geral de estagnação da ANEL. Apesar da presença em mais estados, o número de participantes não tem crescido substancialmente desde sua formação (no CNE em 2009). Isto num quadro em que se a ANEL expressasse uma fração de luta dos estudantes deveria ter se potenciado enormemente com o avanço das lutas. Sua participação na greve das federais em 2012 não se refletiu em ganho organizativo correspondente, mesmo tendo formado o importante comando nacional de greve estudantil (CNGE) e tendo a direção da UNE sendo rechaçada por esse movimento. Isto porque sua participação apesar de importante se tornou distante das bases, com um CNGE que se voltava a servir de canal de expressão da direção do Andes no movimento, à pressão parlamentar

A política da direção da UNE é pró-governo, como expressa a palavra de ordem cantada pela UJS.

Pressão parlamentar não é o método de luta do movimento estudantil

Além da UNE defender o financiamento como prioridade da luta estudantil, o recado que os parlamentares deram, apoiados pela UNE e pela oposição de esquerda, é de apoiá-los para exercer pressão nas bancadas do Congresso. É “militar no Congresso Nacional”, pressionando o Congresso e o Supremo Nacional para aprovarem o PNE, com as alterações apresentadas pela direção da UNE, em conjunto com outras organizações.

O método do movimento estudantil é o da ação direta. Tomar em suas mãos a tarefa de conquistar suas reivindicações. Organizando-se em assembleias, manifestações, greves, ocupações. Por isso, as reivindicações do movimento estudantil não dependem do PNE e a ele se opõem. As reivindicações serão arrancadas do governo e do Parlamento por meio da luta coletiva, do método da ação direta.

Plenária nacional de processados políticos

Diferentemente das edições anteriores, o 53º trouxe a oportunidade de, contra toda a maré de despolitização e colaboracionismo com o governo, reunir estudantes de todo o país para discutir um problema concreto por que passa o movimento estudantil no país inteiro: a repressão. Numa iniciativa do DCE da Univille, dirigido pela Esquerda Marsista/PT, realizou-se uma plenária de estudantes processados que aconteceu concomitantemente à “atividade cultural”.

A Corrente Proletária Estudantil, junto com o Fórum dos processados da USP e da UNIFESP, trabalhou durante o Congresso para divulgar essa plenária de forma a impulsionar a campanha nacional. A reunião contou com a participação de 30 a 40 estudantes de várias universidades e foram dados informes das perseguições políticas sofridas. Da discussão, foi aprovada uma moção que defendia uma campanha rumo a uma Plenária Nacional em defesa dos processados políticos. A moção foi aprovada no Congresso. Foi aprovado também um manifesto dos processados a ser lido na plenária final. A leitura não foi realizada. As forças que se comprometeram em organizar essa intervenção dos processados reviram suas posições. A Esquerda Marxista, na plenária, se comprometeu a fornecer dois advogados ao Fórum dos Processados da USP.

A realização dessa plenária foi uma vitória para o movimento estudantil, que na contramão do congresso burocratizado e oficialista, conseguiu se organizar para discutir um problema que é geral, não apenas aos estudantes, mas aos diferentes movimentos sociais que vem sendo duramente reprimidos e criminalizados.

em Brasília ao invés de organizar os estudantes para lutar com suas próprias forças nas ruas.

Temário amplo a serviço do distracionismo

O formato do Congresso se deu através de Plenárias e GD's (grupo de discussão). Seu conteúdo foi marcado por um temário amplo e distracionista, já que não permitiu a centralidade em torno das principais tarefas da Juventude. Diluindo os estudantes em vários grupos de discussões secundárias, como legalização das drogas e mercado Pink, por exemplo, grande parte dos estudantes não participou das discussões mais importantes: a violência contra a juventude pobre; o processo de criminalização que o movimento estudantil vem sofrendo nacionalmente; o avanço da privatização e desnacionalização da saúde e desmonte da educação pública em benefício dos em-

presários que avançam sobre esse setor.

Congresso Ultraminoritário que não aprovou um programa de luta para o movimento estudantil

O Congresso teve como características principais: 1) construiu-se como um congresso de ultraminoria do movimento estudantil, com uma delegação controlada e manejada pelo PSTU. O comportamento de torcida organizada é contraditório com um congresso de disputa política e deliberação de ações coletivas de massa. Ao mesmo tempo, a proposta de congresso minoritário leva à preservação do controle burocrático majoritário da direção governista da UNE. 2) O congresso não se colocou a tarefa de discutir e aprovar um programa de luta, que expressasse as reivindicações e os métodos de luta da juventude em seu conjunto. Na essência, buscou trilhar o caminho de se postar à esquerda da política da UNE, centrando-se na questão do financiamento (10% do PIB para a educação, só que já e somente para as públicas). A política do PSTU é a de juntar as reivindicações de gru-

pos, de setores, em oposição a expressar as bandeiras de conjunto. A política pequeno burguesa de buscar somar os interesses específicos de grupos não pode levar à mobilização geral. Assim, a bandeira de estatização da rede privada não passa de letra morta. Não se move uma palha para organizá-la e não a coloca como eixo de mobilização.

ANEL: oposição à UNE que igualmente se dobra aos capitalistas de ensino

A ANEL se coloca à esquerda da direção burocratizada da UNE, mas aquém da tarefa de construir um verdadeiro plano de luta que defenda a estatização, sem indenização, de toda rede privada de ensino. O PSTU mais uma vez foi a força política hegemônica, de modo que continua correta a caracterização de que a política da ANEL corresponde, quase que na totalidade, a do PSTU, que capitula diante do avanço dos grupos empresariais nacionais e estrangeiros sobre os direitos e impede que as massas exploradas se choquem contra o capitalismo na luta em defesa de suas condições de vida.

Abaixo seguem duas moções aprovadas no Congresso Nacional da UNE. A Primeira foi proposta pela Plenária Nacional dos Processados Políticos, onde se reunirão estudantes de diferentes universidades, apresentando um relato e o histórico de luta contra a polícia, braço armado do Estado burguês, e contra a burocracia acadêmica, agente dos governos na repressão. Que as diferentes organizações estudantis divulguem essas moções, em ato de apoio aos processados políticos. Que as diferentes correntes militem em torno dessas moções, numa campanha nacional contra a repressão e criminalização aos movimentos sociais.

Unidade Nacional contra a criminalização do Movimento Estudantil

“Um dia vieram e levaram meu vizinho que era judeu.

Como não sou judeu, não me incomodei.

No dia seguinte vieram e levaram meu outro vizinho que era comunista.

Como não sou comunista, não me incomodei.

No terceiro dia vieram e levaram meu vizinho católico.

Como não sou católico, não me incomodei.

No quarto dia, vieram e me levaram...

já não havia mais ninguém para reclamar.”

(Martin Niemöller, 1933)

A todos os estudantes, a todos os Centros e Diretórios Acadêmicos, a todos os DCEs, à UNE!

Hoje, estudantes da USP, Unifesp, Unesp, UFMT, e de tantas outras, estão processados, acusados de coisas como formação de quadrilha, destruição do patrimônio público e outras acusações absurdas numa clara ofensiva de criminalização do Movimento Estudantil, além de inúmeros outros processos administrativos e perseguições no interior das universidades.

Os estudantes processados e perseguidos se manifestaram por diversas pautas. Independente da consideração que qualquer um faça sobre os encaminhamentos e os métodos que utilizaram, não podemos aceitar que as questões políticas sejam resolvidas pela polícia. Estes são métodos de regimes totalitários, inaceitáveis.

Lutar pelas reivindicações dos estudantes é legítimo e não pode ser crime! Lutar por Educação Pública e Gratuita para todos em todos os níveis é parte integrante da luta histórica dos estudantes. Nada tem a ver com formar uma quadrilha! Se nos calarmos diante disto, se nada fizermos, amanhã serão milhares de estudantes criminalizados e presos simplesmente porque tenham se manifestado de alguma forma por nossas reivindicações.

Não nos espantemos se no dia depois de amanhã, venham a criminalizar estudantes que simplesmente estejam à frente de uma entidade estudantil. Lembrem-se o que aconteceu no Congresso da UNE de 1968, em Ibiúna! Agora eles colocam a Polícia Militar dentro do maior campus da maior universidade do Brasil, a USP, algemam, prendem e processam estudantes em plena “democracia”, e nos calamos? Não!

É preciso construir a unidade dos milhões de estudantes Universitários e dos milhões de secundaristas. É preciso construir a unidade

do Movimento Estudantil para organizar, preparar manifestações nacionais. Para isso, a UNE deve convocar uma grande Plenária Nacional contra a criminalização do Movimento Estudantil.

Primeiros Signatários:

Forum dos Processados da USP

Forum dos Processados da Unifesp

DCE da Univille

DCE da Fundação Oswaldo Cruz

DCE da UFMG

DCE da UFBA

Juventude Marxista

Levante Popular da Juventude

União Juventude Rebelião

Corrente Proletária Estudantil – POR

AJR – Juventude do PCO

Moção pela reintegração dos estudantes eliminados da USP

Ao Sr. Governador Geraldo Alckmin, com cópia ao Sr. Reitor Rodas e aos membros do Conselho Universitário da USP

O 53o. Congresso na União Nacional dos Estudantes, reunido em Goiânia (GO) nos dias 30 de maio a 1º de junho se dirige formalmente a seu governo para exigir:

1. A reintegração de imediato em seus cursos de todos os estudantes expulsos da Universidade de São Paulo-USP feitas com base no artigo 249, IV, do Decreto 52.906 de 1972, portando, da época da ditadura e a suspensão de todas as demais penalidades injustamente impostas aos estudantes e funcionários que em sua mobilização visam reivindicar direitos e defender o pleno funcionamento da Universidade de São Paulo-USP.

2. A revogação de imediato da expulsão e outras medidas administrativas adotadas contra mais de 70 estudantes e funcionários da Universidade de São Paulo-USP, instituição sob sua administração, que foram penalizados por medidas anti-democráticas executadas pelo atual reitor da Universidade nomeado por seu gabinete.

3. A revogação de imediato artigo 249, IV, do Decreto 52.906 de 1972, utilizado ainda hoje nas instituições de ensino superior sob responsabilidade administrativa do Governo de São Paulo, que desde a ditadura militar estabelece, entre outros, a proibição da comunidade acadêmica de realizar greves e qualquer tipo de manifestação, como afixar cartazes e fazer propagandas políticas.

Juiz recusa denúncia do MP contra estudantes da USP

O juiz Antonio Carlos de Campos Machado Junior, da 19ª Vara Criminal de São Paulo, decidiu, em 28/05, não aceitar a denúncia do M.P. contra estudantes e funcionários da USP feita em fevereiro pela promotora Eliana Passarelli. O conteúdo da sentença é essencialmente técnico. A argumentação é de que a denúncia contém “impropriedades” e “arbitrariedade”, ao acusar um coletivo sem que se indique o que, individualmente, fizeram. Mas, quanto ao conteúdo da denúncia, o juiz expressa a condenação do movimento: “o protesto realizado pelos alunos da USP, longe de representar um legítimo direito de expressão ou contestação, descambou para excessos, constrangimento, atos de vandalismo e quebra de legalidade.” A decisão pode ser objeto de recurso, o que retomaria a possibilidade da condenação.

Assim, de um lado, a decisão de não acatar a denúncia é uma vitória parcial do movimento contra os processos e perseguição política. Por outro lado, a não aceitação da denúncia não extingue o problema e não afeta os demais processos em andamento e as eliminações e demissão que já se efetivaram. Um dos riscos que corre o movimento é se embriagar com o avanço e se distrair em relação à tarefa de erguer uma campanha nacional de luta contra a repressão e em defesa do direito democrático de se mobilizar pelas reivindicações. Outro é avaliar erroneamente que o caminho para derrotar os processos e ataques é o da disputa judicial, quando sabemos que somente a mobilização é capaz de defendê-la da repressão. Por melhor que seja (e deve ser) a defesa jurídica, é a força da pressão social que pode derrotar os governos e reitorias repressivos.

Reitoria da Unifesp não defende os processados

A greve de fome do estudante Bruno Athanasio, iniciada em 29/04, foi um ato individual que gerou constrangimentos à reitoria, eleita com a plataforma de gestão “plural e democrática”. Bruno resolveu tomar essa drástica atitude, que chega a atentar contra a sua própria vida, por omissão da Universidade Federal de São Paulo em posicionar-se “frente aos graves acontecimentos ocorridos na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH-UNIFESP) ao longo da greve de 2012”, que dizem respeito basicamente às precárias condições de infraestrutura do campus a permanência do campus no bairro operário Pimentas e à intimidação empreendida por alguns docentes e à bárbara repressão desfechada pelas então gestões da diretoria acadêmica do campus (Marcus César) e reitoria (Albertoni). A greve de fome foi encerrada em torno de 24 horas depois com a promessa

de que haveria um pronunciamento oficial sobre tais fatos.

A reitoria mostra-se vacilante. Vacila por limitar-se a nomear uma nova banca de investigação, ao invés de extinguir imediatamente as sindicâncias. O que a reitoria faz é mostrar toda a sua face burocrática de defesa não dos interesses dos estudantes, mas aos interesses do Estado repressor e de uma política precarizante para a educação.

Que a atitude valente de Bruno não seja esquecida. Que o Fórum dos Processados da Unifesp se organize e retome a mobilização em defesa das bandeiras e dos métodos de luta que foram duramente reprimidos. Um primeiro passo é se organizando na constituição do Comitê Nacional contra a repressão aprovado na Plenária Nacional dos Processados Políticos.

Contra o aumento da tarifa: Salário Mínimo Vital e expropriação da rede de transporte

A capital de São Paulo, nos dias 06 e 07 de junho, foi palco da manifestação do movimento contra o aumento da tarifa dos ônibus e metrô para R\$ 3,20. Avenidas importantes foram fechadas e piquetes foram montados. O primeiro dia contou com mais de 2.000 pessoas. O movimento foi duramente reprimido pela tropa de choque, que em meio a balas de borracha, bombas e gás lacrimogênio, prendeu 15 e feriu pelo menos 30. Um dos presos foi o presidente do sindicato metroviário, Altino de Melo.



metrô (linha 4 privatizada) e ônibus têm seus lucros maximizados pelos governos do PT e PSDB. Isso às custas de maior opressão sobre os assalariados e suas famílias.

O movimento contra o aumento da tarifa, constituído majoritariamente por estudantes, deve avançar na luta. É preciso convocar os operários e de mais explorados para engrossar as colunas que ocupam as avenidas. Convocar os sindicatos, passar nas fábricas e chamar os

operários a lutarem contra o governo opressor. A unidade do movimento se dará ao redor das bandeiras gerais de defesa da vida das massas, de forma a configurar uma unidade dos oprimidos contra os capitalistas e seus governos. A defesa das bandeiras de Salário mínimo vital, suficiente para o sustento de uma família (pelo menos 4 mil reais) reajustado automaticamente, da estatização sem indenização do transporte e controle coletivo dos trabalhadores e da população, e do passe livre para estudantes e desempregados, leva a esse movimento geral.

operários a lutarem contra o governo opressor. A unidade do movimento se dará ao redor das bandeiras gerais de defesa da vida das massas, de forma a configurar uma unidade dos oprimidos contra os capitalistas e seus governos. A defesa das bandeiras de Salário mínimo vital, suficiente para o sustento de uma família (pelo menos 4 mil reais) reajustado automaticamente, da estatização sem indenização do transporte e controle coletivo dos trabalhadores e da população, e do passe livre para estudantes e desempregados, leva a esse movimento geral.

UEG: Um exemplo de educação em ruínas

A Universidade Estadual de Goiânia possui 42 unidades, sendo uma delas com todos os cursos não presenciais. Em nenhum campus possui casa estudantil ou restaurante universitário. Os professores ganham, em média R\$ 11,00 a hora aula. A maioria dos professores trabalha em regime de contrato e não por concurso, ganhando um piso de R\$ 900,00. Essas condições precárias de estudo e trabalho fez com que 14 unidades entrassem em greve, com pauta unificada dos três setores que estão organizados conjuntamente em assembleia.

Essa é a realidade da educação no país. O que se tem são caricaturas de universidades. Não é possível estudar ou trabalhar em condi-

ções e regimes tão precários.

A política privatista e precarista do governo é a responsável por tal situação. Enquanto houver educação privada, que é altamente beneficiada pelo governo, a educação pública será constantemente alvo de ataques, e o direito à educação não estará garantido.

Pela expropriação de toda a rede privada de ensino! Pela construção imediata de casa e restaurantes estudantis na UEG! Fim à política privatista dos governos, de beneficiamento dos capitalistas de ensino, às custas da exclusão da maioria e precarização do ensino!